

QUESTÕES 41 A 60
ESPECIALIDADE

41 - Entre as fases do trabalho estatístico, assinale qual é a que entra a Inferência Estatística.

- a) Crítica dos dados.
- b) Apuração dos dados.
- c) Apresentação dos dados.
- d) Análise e interpretação dos dados.**

RESOLUÇÃO: Na apostila de Estatística (página 8), temos a definição da fase “Análise e Interpretação dos dados” como sendo a última fase de um trabalho estatístico, e também a mais delicada e de máxima importância. É nesta fase que entra a inferência Estatística, que, partindo de dados particulares, generalizará, tirará conclusões e fará previsões.

42 - Em relação às Medidas de Posição, analise as afirmativas abaixo e assinale (V) para as VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS. Após, escolha a alternativa que apresenta a seqüência correta.

- () A mediana divide uma série em duas partes iguais.
 - () As medidas de tendência central e as separatrizes são Medidas de Posição.
 - () A soma algébrica dos desvios tomados em relação à média é maior do que zero.
 - () Para dados agrupados com intervalos de classe, a classe que apresenta a maior frequência é denominada classe modal.
 - () A Média Aritmética pode ser empregada quando se deseja ter uma noção imediata de qual será, aproximadamente, o valor de uma média.
-
- a) V – F – F – F – V.
 - b) V – V – F – V – F.**
 - c) F – F – V – V – F.
 - d) F – V – V – F – V.

RESOLUÇÃO:

1ª afirmação – VERDADEIRA - a mediana é uma Medida de Posição que se encontra no centro de uma série, dividindo-a em duas partes iguais (Cap V, item 3, letra a, pag 68).

2ª afirmação – VERDADEIRA – as medidas de posição mais importantes são as medidas de tendência central. São também medidas de posição as separatrizes. (Cap V, item 1, pag 59).

3ª afirmação – FALSA – uma das propriedades da Média Aritmética é a de que a soma algébrica dos desvios tomados em relação à média é nula e não maior que zero (Cap V, item 2, letra a, pag 61).

4ª afirmação – VERDADEIRA – para dados agrupados com intervalos de classe, a classe que apresenta a maior frequência é denominada classe modal (Cap V, item 2, letra b, subitem 2, pag 67).

5ª afirmação – FALSA – no presente caso não é a média aritmética e sim a moda que pode ser empregada quando se deseja ter uma noção imediata de qual será, aproximadamente, o valor de uma média (Cap V, item 5, letra c, pag 78).

43 - Quando houver necessidade de divulgação externa de um Despacho Decisório, este deverá ser publicado em

- a) Boletim da Unidade.
- b) Boletim do COMAER.
- c) Diário Oficial da União (DOU).**
- d) Boletim do Ministério da Defesa.

RESOLUÇÃO: Conforme consta da letra b, do item 6.5.1.2, do capítulo 6 do ICAER (página 60), os Despachos Decisórios serão publicados em boletim para divulgação no âmbito do COMAER, ou no DOU, se necessária a divulgação externa. A alternativa “c” traz a resposta correta, qual seja, publicação no Diário Oficial da União (DOU).

44 - Quanto ao Boletim e ao Histórico dos Militares, é CORRETO afirmar:

- a) a Terceira Parte do Boletim é destinada às matérias relativas a pessoal.
- b) o registro escriturado de alterações compreende duas partes: título e texto.**
- c) semanalmente, será extraído, de um ou mais Bol Intr, o Extrato de Alterações Financeiras de Pessoal (EAFP).
- d) os capelães militares terão suas folhas de alterações confeccionadas em três vias: uma para a DIRAP, a segunda para o interessado e a terceira para arquivo da OM.

RESOLUÇÃO: Conforme item 10.2.3.5 do capítulo 10 do ICAER (página 78), temos que o Registro de Alterações compreende duas partes: o título e o texto. A alternativa “b” está correta.

45 - Em relação à elaboração de documentos e atos administrativos, indique se é falso (F) ou verdadeiro (V) o que se afirma abaixo e, em seguida, assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- () Carta é o documento externo redigido em forma de ofício, em que se solicita à autoridade competente esclarecimento sobre determinado assunto.
- () Despacho é o documento pelo qual uma autoridade determina, solicita, soluciona ou informa o que for de sua alçada em determinado processo.
- () Memorando é o documento utilizado pelo CMTAER para baixar determinações, interpretar dispositivos regulamentares, fazer recomendações ou determinar a execução de providências necessárias ao serviço.
- () Atestado é um documento de duração transitória, em favor de um solicitante. É assinado pela autoridade habilitada a transmitir informação sobre fato ou fatos de que tenha conhecimento oficialmente.

a) V – F – V – V

b) F – V – F – V

c) F – V – V – F

d) V – F – F – F

RESOLUÇÃO:

Conforme itens 6.2.2.1, 6.2.3, 6.2.4.1, 6.2.6.1 , 6.2.9.1 e 6.2.12, do capítulo 6 do ICAER (páginas 44, 45, 47, 48 e 50), a sequência F-V-F-V é a correta.

Carta é a forma de correspondência externa, por meio da qual as autoridades tratam de assunto oficial cuja natureza dispensa a utilização de ofício. A definição apresentada para carta está incorreta. Trata-se da definição de Consulta.

A definição apresentada para Despacho está correta.

Memorando é o documento interno que tramita entre os setores de um mesmo Órgão, podendo estes serem do mesmo nível hierárquico ou de nível superior para inferior, normalmente transmitindo ordens, instruções ou solicitando informações. A definição apresentada na afirmativa é a de Aviso Interno.

A definição de Atestado está correta.

46 - Em relação ao Trâmite de Documentos e à Organização de Processos, leia as afirmativas abaixo:

- I – O número do processo sigiloso não será igual e nem na mesma seqüência do processo ostensivo. A identificação do sigilo constará na numeração do documento e no carimbo do grau de sigilo correspondente.
 - II – As OM não devem dar encaminhamento aos expedientes recebidos em desacordo com a legislação em vigor.
 - III – Quando for preciso alterar a classificação de um processo de sigiloso para ostensivo ou de ostensivo para sigiloso deverá ser alterado o Número Único de Processo (NUP).
 - IV – Até seu arquivamento final, mesmo que tenha tramitado por várias OM em anos diferentes, cada processo terá um único número.
- Das assertivas acima, pode-se afirmar corretamente que:

- a) I e III são falsas.**
- b) II e III são verdadeiras.
- c) I, II e IV são verdadeiras.
- d) I, II, III e IV são falsas.

RESOLUÇÃO:

Da análise das assertivas em relação ao ICAER, temos:

- **a afirmativa I é falsa. O número do processo sigiloso será igual e na mesma seqüência do processo ostensivo (item 8.2.4, cap. 8, pag. 64);**
- **a afirmativa II é verdadeira conforme item 7.1, cap. 7, pag. 62;**
- **a afirmativa III é falsa, pois quando houver necessidade de alteração da classificação de ostensivo para sigiloso ou de sigiloso para ostensivo, o NUP permanecerá o mesmo (item 8.2.5, cap. 8, pag. 64); e**
- **a afirmativa IV é correta (item 8.2.2, cap. 8, pag. 64).**

Desta maneira, a alternativa “a” é correta, pois as assertivas I e III são falsas.

47 - Em relação às regras gerais para elaboração de documentos, analise as assertivas abaixo:

- I - O tamanho da fonte, empregado no texto de documentos oficiais do COMAER, deverá ser o 10.
- II - Na correspondência para autoridade estrangeira deve ser utilizado o idioma inglês.
- III – O fecho de cortesia deve ser empregado nas correspondências oficiais entre Organizações Militares do COMAER.
- IV - Os documentos oficiais do COMAER serão confeccionados por sistemas informatizados, utilizando-se a fonte TIMES NEW ROMAN.

Das afirmativas acima, pode-se afirmar corretamente que:

- a) todas são falsas.
- b) II e III são corretas.
- c) somente a I é falsa.
- d) somente a IV é correta.**

RESOLUÇÃO:

Analisando as assertivas da questão temos que:

- **I – conforme item 5.3.1 do capítulo 5 (página 31 e 32), nos documentos oficiais do COMAER, o texto deverá ser confeccionado em fonte de tamanho 12 e não 10. O tamanho 10 é empregado nas notas de rodapé. A afirmativa I está incorreta.**
- **II – conforme item 5.2 do capítulo 5 (página 31), o idioma utilizado na correspondência para autoridade estrangeira é o português, podendo ser acrescida, quando possível, uma versão para a língua considerada. A afirmativa II está incorreta.**
- **III – conforme item 5.8 do capítulo 5 (página 34), o fecho de cortesia não é empregado na correspondência oficial entre OM do COMAER. A afirmativa III está incorreta.**
- **IV – conforme item 5.3.1 do capítulo 5 (página 31 e 32), os documentos oficiais do COMAER serão confeccionados por sistemas informatizados na fonte TIMES NEW ROMAN. A presente afirmativa está correta.**

Portanto a alternativa correta é a letra “d”: somente a IV é correta.

48 - Leia as assertivas abaixo e marque a opção **CORRETA**, segundo o RDAER.

- I – O militar deve consideração, respeito e acatamento aos seus superiores hierárquicos.
- II – As ordens devem, quando possível, ser executadas, recaindo inteira responsabilidade sobre quem as executou.
- III – A punição só se torna necessária quando dela advém benefício para o punido, pela sua reeducação, ou para a Organização Militar a que pertence, pelo fortalecimento da disciplina e da justiça.
- IV – No concurso de crime militar e transgressão disciplinar, ambos de idêntica natureza, será aplicada somente a punição referente à transgressão.

a) I e III estão corretas.

b) I e II estão corretas.

c) III e IV estão corretas.

d) II e III estão corretas.

RESOLUÇÃO:

I – O militar deve consideração, respeito e acatamento aos seus superiores hierárquicos. Está correto – vide art 3º do RDAER.

II – As ordens devem, quando possível, serem executadas, recaindo inteira responsabilidade sobre quem a executou. Está incorreto – vide art 2º do RDAER.

III – A punição só se torna necessária quando dela advém benefício para o punido, pela sua reeducação, ou para a Organização Militar a que pertence, pelo fortalecimento da disciplina e da justiça. Está correto – vide art 6º do RDAER.

IV – No concurso de crime militar e transgressão disciplinar, ambos de idêntica natureza, será aplicada somente a punição referente a transgressão. Está incorreto – vide art 9º do RDAER.

49 - Marque a alternativa **CORRETA**.

Segundo o RDAER, o comportamento em que se encontra a praça que foi punida, no período de 1(um) ano, com 04 dias de repreensão transcrita em boletim, 10 dias de detenção, 08 dias de prisão comum e 05 dias de prisão em separado, é:

a) mau comportamento.

b) insuficiente comportamento.

c) permanece no bom comportamento.

d) bom comportamento.

RESOLUÇÃO: A Alternativa “b” é a resposta da questão pois está de acordo com o nº 04 e § 1º do artigo 40 do RDAER.

50 - Complete as lacunas abaixo e a seguir marque a alternativa que apresenta a seqüência **CORRETA** de acordo com a RMA 29-1.

Obs.: a vírgula indica que as palavras estão na mesma assertiva (numeradas de 1 a 5) e as barras separam as assertivas.

- 1 - A transgressão disciplinar será apreciada, para efeito de punição, quando da(o) _____ ou _____ da denúncia da Justiça.
- 2 - Não será considerada como punição disciplinar a _____ que o superior fizer ao subordinado, mostrando-lhe alguma irregularidade do serviço ou chamando sua atenção para ato que possa trazer, como consequência, uma _____.
- 3 - Só após ser _____, a praça excluída ou licenciada a bem da disciplina poderá ingressar na _____.

a) absolvição, perdão / repreensão, transgressão / desligada, ativa.

b) perdão, rejeição / admoestação, punição / desligada, reserva.

c) absolvição, rejeição / admoestação, transgressão / reabilitada, reserva.

d) absolvição, rejeição / repreensão, punição / reabilitada, ativa.

RESOLUÇÃO: As palavras separadas por vírgulas e por barras estão, respectivamente, adequadas e corretas para o preenchimento de cada lacuna das assertivas e, principalmente, de acordo com o § único do Art. 9º, § único do Art. 18, Art. 31, nº 3 do Art. 34 e Art. 14 do RDAER.

51 - Marque a alternativa correta.

- a) O IPM pode ser encerrado e arquivado na própria OM, após a solução final do comandante.
- b) A pena privativa de liberdade por mais de dois anos só poderá ser cumprida pelo militar em penitenciária civil.
- c) A designação de escrivão para o IPM cabe somente ao seu respectivo encarregado .
- d) O inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.**

RESOLUÇÃO: É a alternativa correta, de acordo com o artigo 16 do CPPM, pois o inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.

52 - Marque alternativa **CORRETA**.

Segundo o CPM, pode-se afirmar que o crime é:

- a) finalizado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- b) tentado quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- c) culposos quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- d) Impossível quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, a consumação do crime torna-se inviável, não sendo aplicável nenhuma pena.**

RESOLUÇÃO: A Alternativa “d” é a resposta da questão conforme pode ser verificado no artigo 32. As demais alternativas contrariam os incisos I e II do artigo 30 e inciso II do artigo 33, todos do CPM.

53 - Marque a alternativa correta.

- a) A falta de testemunhas do fato criminoso sempre impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente.**
- c) O agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, excede culposamente os limites da necessidade, não responde pelo fato, se este é punível, a título de culpa.
- d) Se a ordem do superior tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso, somente o inferior hierárquico será punido.

RESOLUÇÃO: O artigo 221 do CPPM justifica a correção da alternativa “ b”. As demais alternativas contrariam disposições do CCPM.

54 - Quanto às formas de tratamento utilizadas em correspondências oficiais, analise as afirmativas abaixo e assinale (V) para as VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS. Após, escolha a alternativa que contenha a sequência correta.

- () Vossa Excelência Reverendíssima aplicar-se-á aos Bispos.
 - () Prefeitos municipais devem ser tratados por Vossa Senhoria.
 - () Para as autoridades que recebem o tratamento de Vossa Senhoria, fica dispensado o emprego do superlativo Ilustríssimo.
 - () No âmbito do Ministério da Defesa, o vocativo a ser utilizado ao Ministro de Estado da Defesa é Excelentíssimo Senhor Ministro.
- a) F – F – F – V.
b) V – V – F – F.
c) F – V – V – V.
d) **V – F – V – F.**

RESOLUÇÃO:

Analisando as assertivas da questão temos que conforme item:

- **3.1.4 do capítulo 3 (página 20), o tratamento de Vossa Excelência Reverendíssima aplicar-se-á aos Acerbispos e Bispos. A afirmação está VERDADEIRA.**
- **3.1.1.1 do capítulo 3 (página 19), Prefeitos Municipais devem ser tratados por Vossa Excelência. A afirmação está FALSA.**
- **3.2.2 do capítulo 3 (página 21), o emprego do superlativo Ilustríssimo fica dispensado para as autoridades que recebem o tratamento de Vossa Senhoria. A afirmação está VERDADEIRA.**
- **3.3 do capítulo 3 (página 22), no âmbito do Ministério da Defesa, o vocativo a ser utilizado ao Ministro de Estado da Defesa é Senhor Ministro e não Excelentíssimo Senhor Ministro. A afirmação está FALSA.**

Desta maneira, a sequência correta é V – F – V – F, que consta da opção da letra “d”.

55 - Considerando os conhecimentos adquiridos com o estudo da apostila Noções de Contabilidade Geral, indique se é falso (F) ou verdadeiro (V) o que se afirma e, em seguida, assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- () Quando os registros no livro diário e no razão estiverem corretos, a soma dos débitos será igual à soma dos créditos no balancete de verificação do livro razão.
 - () Quando a soma das contas que compõem o ativo for maior do que a soma das contas que compõem o passivo, há uma situação líquida favorável que, na linguagem contábil, denomina-se patrimônio líquido.
 - () Em análise contábil existem muitas relatividades que afetam a empresa e que devem ser consideradas, sendo a inflação um exemplo de relatividade de ordem interna.
 - () O estudo de partes ou de todo o patrimônio de uma empresa, decompondo seus elementos e relacionando-os com levantamento de dados, de modo a melhor conhecer a realidade da situação da empresa e ainda ajuizar os efeitos de sua administração é denominado auditoria.
- a) V – V – V – F
b) F – F – F – V
c) F – F – V – V
d) **V – V – F – F**

RESOLUÇÃO:

(V) Quando os registros no livro diário e no razão estiverem corretos, a soma dos débitos será igual à soma dos créditos no balancete de verificação do livro razão. (vide pág. 37 da apostila “Noções de Contabilidade”).

(V) Quando a soma das contas que compõem o ativo for maior do que a soma das contas que compõem o passivo, há uma situação líquida favorável que, na linguagem contábil, denomina-se patrimônio Líquido. (vide pág. 27 da apostila “Noções de Contabilidade”).

(F) Em análise contábil existem muitas relatividades que afetam a empresa e que devem ser consideradas, sendo a inflação um exemplo de relatividade de ordem interna. Errada porque inflação é de ordem externa (vide pág. 57 da apostila “Noções de Contabilidade”).

(F) O estudo de partes ou de todo o patrimônio de uma empresa, decompondo seus elementos e relacionando-os com levantamento de dados, de modo a melhor conhecer a realidade da situação da empresa e ainda ajuizar os efeitos de sua administração é denominado auditoria. Errada porque essa definição é de Análise e Interpretação de balanços (vide pág. 56 da apostila “Noções de Contabilidade”).

56 - Das alternativas a seguir, marque aquela que contém, apenas, contas do Ativo Permanente.

- a) Bancos Conta Movimento, Carnês a Receber, Dividendos a Receber.
- b) Investimentos, Ativo Imobilizado, Equipamentos de Escritório.**
- c) Fornecedores, Banco Conta Movimento, Encargos Sociais a Recolher.
- d) Veículos, Banco Conta Movimento, Mercadorias.

RESOLUÇÃO: O candidato poderia identificar a resposta correta tendo conhecimento do exemplo de plano de contas contido na página 33 da apostila “ Noções de Contabilidade Geral” ou das definições contidas nas páginas 42 e 43 da mesma apostila.

Eis a classificação das demais contas constantes nas demais alternativas:

Ativo circulante: Bancos Conta Movimento, Carnês a Receber, Dividendos a Receber e Mercadorias.

Passivo circulante: Fornecedores, Encargos Sociais a Recolher.

Ativo permanente: Veículos.

57 - De acordo com o artigo 10 da Medida Provisória 2.215 de 31 de agosto de 2001, os proventos na inatividade remunerada são constituídos das seguintes parcelas: soldos ou quotas de soldo e

- a) adicionais e gratificações.
- b) adicionais previstos para o militar da ativa.**
- c) gratificações previstas para o militar da ativa.
- d) gratificações e adicionais previstos para o militar da ativa.

RESOLUÇÃO: Os proventos na inatividade remunerada são constituídos de soldo e dos seguintes adicionais, que são os mesmos previstos para o militar da ativa (adicional militar, adicional de habilitação, adicional de tempo de serviço, adicional de compensação orgânica e adicional de permanência). As gratificações que faziam parte da remuneração na ativa não integram os proventos. Vide art 10 combinado com o artigo 1º da Medida Provisória n.º 2.215, de 31 de agosto de 2001)

58 - João Paulo Silva foi promovido a suboficial no dia 1º de dezembro de 2005, ocasião em que recebeu R\$ 2.349,00 de auxílio-fardamento, valor que correspondia ao soldo de Suboficial da época. No dia 11 de setembro de 2006, após aprovação no concurso, foi matriculado no Estágio de Adaptação ao Oficialato (EAOF). Sabendo que os soldos vigentes à época da matrícula para a graduação de Suboficial e para o posto de 2º Tenente eram respectivamente R\$ 2.583,00 e R\$ 3.075,00, o valor do auxílio-fardamento a que João Paulo Silva receberá por ocasião da matrícula é

- a) R\$ 234,00.
- b) R\$ 3.874,50.
- c) R\$ 1.525,50.**
- d) R\$ 2.263,50.

RESOLUÇÃO: De acordo com a letra “c” da tabela II do anexo IV da medida provisória 2.215 de 31 de agosto de 2001, o militar matriculado em escolas de formação mediante habilitação em concurso público tem direito a um soldo e meio a título de auxílio-fardamento. Entretanto, na questão, o militar João Paulo Silva já tinha recebido um auxílio-fardamento dentro de um prazo inferior a um ano. Assim, conforme art. 61 do decreto 4.307 de 18 de julho de 2002, João Paulo Silva receberá a diferença entre o valor do auxílio por ocasião da matrícula e o efetivamente recebido.

Cálculo: 1,5 x soldo de SO (graduação de época do recebimento, conf. art. 63 do decreto 4.307 de 18 de julho de 2002) - R\$ 2.349,00 (valor recebido em dezembro de 2005) = 1,5 x R\$ 2.583,00 - R\$ 2.349,00 = R\$ 1.525,50.

59 - Tendo como base a tabela I do anexo IV da Medida Provisória 2.215 de 31 de agosto de 2001, que trata de ajuda de custo, indique se é falso (F) ou verdadeiro (V) o que se afirma e, em seguida, assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- () O militar, sem dependente, nas movimentações com desligamento da organização militar, receberá ajuda de custo correspondente a uma vez o valor de sua remuneração.
- () O militar, sem dependente, nas movimentações para comissão superior a três meses e igual ou inferior a seis meses, sem desligamento de organização militar, receberá ajuda de custo correspondente a uma vez o valor de sua remuneração na ida mais a metade do valor de sua remuneração na volta.
- () O militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a quinze dias e igual ou inferior a três meses, sem desligamento de organização militar, receberá ajuda de custo correspondente a uma vez o valor de sua remuneração na ida mais uma vez o valor do seu soldo na volta.
- () O militar, com dependente, quando transferido para localidade especial categoria “A” ou de uma localidade especial categoria “A” para qualquer outra localidade, nas movimentações com desligamento da organização militar, receberá ajuda de custo correspondente a quatro vezes o valor de sua remuneração.

- a) F – F – V – F
- b) V – V – F – V**
- c) V – F – F – V
- d) V – V – V – V

RESOLUÇÃO:

(V) O militar, sem dependente, nas movimentações com desligamento da organização militar, receberá ajuda de custo correspondente a uma vez o valor de sua remuneração. (vide letras “a” e “e” da tabela I do anexo IV da Medida Provisória n.º 2.215, de 31 de agosto de 2001)

(V) O militar, sem dependente, nas movimentações para comissão superior a três meses e igual ou inferior a seis meses, sem desligamento de organização militar, receberá ajuda de custo correspondente a uma vez o valor de sua remuneração na ida mais a metade do valor de sua remuneração na volta. . (vide letras “b” e “e” da tabela I do anexo IV da Medida Provisória n.º 2.215, de 31 de agosto de 2001)

(F) O militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a quinze dias e igual ou inferior a três meses, sem desligamento de organização militar, receberá ajuda de custo correspondente a uma vez o valor de sua remuneração na ida mais uma vez o valor do seu soldo na volta. ESTA ALTERNATIVA ESTARIA CORRETA SE A PALAVRA SOLDOS FOSSE SUBSTITUÍDA POR REMUNERAÇÃO (vide letra “c” da tabela I do anexo IV da Medida Provisória n.º 2.215, de 31 de agosto de 2001).

(V) O militar, com dependente , quando transferido para localidade especial categoria “A” ou de uma localidade especial categoria “A” para qualquer outra localidade, nas movimentações com desligamento da organização militar, receberá ajuda de custo correspondente a quatro vezes o valor de sua remuneração. (vide letra “d” da tabela I do anexo IV da Medida Provisória n.º 2.215, de 31 de agosto de 2001).

60 - De acordo com a Medida Provisória 2.215 de 31 de agosto de 2001 e Decreto 4.307 de 18 de julho de 2002, indique se é falso (F) ou verdadeiro (V) o que se afirma abaixo e, em seguida, assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- () Os militares da ativa nomeados ministros de Estado ou Ministros do Superior Tribunal Militar têm remuneração estabelecida em legislação própria, assegurado o direito de opção.
- () O servidor público federal, estadual ou municipal, quando convocado ou mobilizado, pode optar pela remuneração que percebia antes da convocação ou mobilização ou pela remuneração prevista na medida provisória 2.215 de 31 de agosto de 2001.
- () Aos militares que participarem da construção de estradas, aeródromos e obras públicas poderão ser conferidas gratificações na forma estabelecida em convênio com órgãos públicos ou privados interessados no referido trabalho, à conta dos recursos a estes destinados.
- () O militar da reserva remunerada, e excepcionalmente o reformado, que tenha modificada a sua situação na inatividade para aquela prevista para a prestação de tarefa por tempo certo, faz jus a um adicional igual a três décimos dos proventos que estiver percebendo.

- a) F – V – F – V
- b) V – V – V – V**
- c) V – V – F – F
- d) F – V – V – F

RESOLUÇÃO:

Consultar Medida Provisória n.º 2.215, de 31 de agosto de 2001. (Apostila LRM pág 10)

(V) Os militares da ativa nomeados Ministros de Estado ou Ministros do Superior Tribunal Militar têm remuneração estabelecida em legislação própria, assegurado o direito de opção. (está de acordo com o art. 20 da Medida Provisória n.º 2.215, de 31 de agosto de 2001)

(V) O servidor Público federal, estadual ou municipal quando convocado ou mobilizado pode optar pela remuneração que percebia antes da convocação ou mobilização ou pela remuneração prevista na medida provisória 2.215 de 31 de agosto de 2001. (está de acordo com o parágrafo único do art. 19 da Medida Provisória n.º 2.215, de 31 de agosto de 2001)

(V) Aos militares que participarem da construção de estradas, aeródromos e obras públicas poderão ser conferidas gratificações na forma estabelecida em convênio com órgão públicos ou privados interessados no referido trabalho, à conta dos recursos a estes destinados. (está de acordo com o art. 22 da Medida Provisória n.º 2.215, de 31 de agosto de 2001)

(V) O militar da reserva remunerada, e excepcionalmente o reformado, que tenha modificada a sua situação na inatividade para aquela prevista para a prestação de tarefa por tempo certo, faz jus a um adicional igual a três décimos dos proventos que estiver percebendo. (está de acordo com o art. 23 da Medida Provisória n.º 2.215, de 31 de agosto de 2001)

